

## **REDES DE SOCIABILIDADE POLÍTICA NUM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: NOTAS DE PESQUISA**

**Tiago dos Santos Lira – FCT/Unesp Presidente Prudente**  
liraunesp@yahoo.com.br

**Luís Antonio Barone – FCT/Unesp Presidente Prudente**  
labarone@uol.com.br

O presente trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa maior com apoio do CNPq, tendo sido desenvolvido com uma bolsa de estímulo à pesquisa da Fundacte/FCT/Unesp. A justificativa deste estudo está na emergência da temática do desenvolvimento local como possibilidade de alternativas para a sustentabilidade sócio-econômica das regiões rurais. Sob esta ótica, a problemática dos assentamentos de reforma agrária tem sido pouco avaliada. O universo empírico de investigação é o município de Presidente Venceslau – localizado no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado de São Paulo/Brasil) - que tem uma população de pouco mais 36 mil habitantes e que conta com quatro Projetos de Assentamentos Rurais (com cerca de 246 lotes familiares). Este trabalho tem como objetivo principal identificar as redes de relações políticas envolvendo os assentados nos P.A.s do município de Presidente Venceslau/SP e os agentes políticos dessa localidade (autoridade municipais, líderes partidários, sindicais e de movimentos), bem como levantar a participação desses agricultores nos fóruns políticos municipais (Conselhos, O.P., associações, etc.). Quatro objetivos específicos animam o estudo: 1) identificar os programas ou projetos municipais voltados aos assentamentos; 2) levantar a participação dos assentados nos fóruns municipais (Conselhos, O.P., Sindicatos, partidos, associações, etc); 3) análise da participação dos assentados nos processos políticos locais (filiações partidárias, candidaturas e programas específicos); 4) discussão sobre as possibilidades de atuação/controle dos assentados sobre os processos de definição das políticas municipais pró-assentamentos. Numa revisão bibliográfica, constatou-se a importância da questão do poder local, haja vista a evolução das responsabilidades governamentais sobre os assentamentos: os Projetos de Assentamentos são criados através do governo federal ou do governo estadual (este é o caso dos PAs de P. Venceslau), mas, logo após os assentamentos estarem instalados, o poder público municipal tem uma participação crescente na vida dos assentamentos, seja através das benfeitorias em saúde e educação, sendo na busca de soluções para os dilemas de desenvolvimento econômico dos assentamentos (Medeiros et al, 2002; Barone e Ferrante, 2003; Marques, 2004).

A pesquisa encontra-se em andamento. No tocante a etapa já realizada, constatou-se que o prefeito da gestão anterior (2001-2004), do PT, apontou que a grande realização do seu mandato foi a instalação de uma escola municipal que atende as crianças assentadas da primeira fase do ensino fundamental, verdadeira “menina dos olhos” da administração municipal. Um importante agente entrevistado foi o diretor da DAAMA (Divisão de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente), repartição municipal criada em 2002. No mesmo período, foi instituído o CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural), que discute as questões ligadas ao meio rural do município. Constatou-se que esse Conselho é de grande valia para os assentados - que participam com destaque no CMDR, representando as Associações que existem dentro dos PAs. Uma importante vitória dos assentados, apontada por vários membros do CMDR, foi a cessão de um trator da Prefeitura para uma associação de assentados, algo discutido e decidido dentro do CMDR. O diretor da DAAMA apresenta, também, as demais realizações dessa repartição municipal, dentre as quais destaca a feira-livre, o recinto de exposição, o horto florestal, assistência técnica aos produtores e o Consórcio Intermunicipal pró-estrada. O diretor que é engenheiro agrônomo tem uma gestão criticada pelos assentados por não se voltar para a agricultura desenvolvida pelos assentados. Um dos principais críticos é a liderança sindical do meio rural, que tem inserção nos assentamentos. O teor de suas críticas à atuação da DAAMA aponta para a visão de que o avanço do agronegócio é muito grande num governo administrado pelo PT, que deveria, ao contrário, lutar pelos trabalhadores. Exemplo disso, ainda segundo o líder sindical, seria a implantação do programa estadual de bolsa-arrendamento de terras para plantação de soja – típica política para os grandes fazendeiros.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

MEDEIROS, L.S. et alli “Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro” in MOREIRA, R.J e COSTA, L.F.C.(orgs.) Mundo Rural e Cultura, Rio de Janeiro, Muad, 2002.

BARONE, L.A e FERRANTE, V.L.S.B. “Assentamentos Rurais e Poder Local; Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária” in BERGAMASCO, S.M.P.P. et alli(orgs.) Dinâmicas familiar, produtiva e cultura nos assentamentos rurais de São Paulo, Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

MARQUES, P.E.M. “Participação e Pronaf: um estudo do poder, do atores e dos conflitos dos conselhos de desenvolvimento rural” in SÉRGIO SCHNEIDE et alli (orgs.) Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural, Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2004.